



UNIFEOB

Centro Universitário da Fundação de Ensino Octávio Bastos

CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

**PROJETO INTEGRADO**

PROPOSTA DE UM PLANO DE CONTAS PARA UMA  
EMPRESA COMERCIAL

SÃO JOÃO DA BOA VISTA, SP

JUNHO, 2021

UNIFEOB

Centro Universitário da Fundação de Ensino Octávio Bastos

CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

**PROJETO INTEGRADO**

**PROPOSTA DE UM PLANO DE CONTAS PARA UMA  
EMPRESA COMERCIAL**

Módulo de Contabilidade Aplicada

Contabilidade Avançada

Análise de Normas e Pronunciamentos Contábeis

Teoria da Contabilidade

Práticas de Sistemas Contábeis

Contabilidade Comercial

Estudantes:

Guilherme Augusto Vischi, RA 17001416

Marcelo Cesar Rodrigues, RA 17001841

SÃO JOÃO DA BOA VISTA, SP

JUNHO, 2021

# SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>3</b>
<b>2. PROJETO INTEGRADO</b>	<b>4</b>
2.1 CONTABILIDADE AVANÇADA	4
2.2 ANÁLISE DE NORMAS E PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS	6
2.3 TEORIA DA CONTABILIDADE	8
2.4 PRÁTICAS DE SISTEMAS CONTÁBEIS	10
2.5 CONTABILIDADE COMERCIAL	17
<b>3. CONCLUSÃO</b>	<b>19</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>21</b>

# 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tenta ilustrar a proposta de um plano de contas para uma empresa comercial.

A contabilidade é uma área de extrema importância para o controle de uma empresa ou organização. Por meio dela é possível extrair uma série de informações importantes para a tomada de decisão, para controlar e acompanhar todo movimento, seja de pessoas ou recursos e também de facilitar o planejamento como um todo.

Devido a necessidade, cada vez maior, de novos sistemas nas áreas de contabilidade e de finanças, o plano de contas é uma ferramenta básica para a captação dos dados que alimentarão esses sistemas, é natural que as empresas busquem cada vez mais focar nesses instrumentos, e conforme as informações a serem fornecidas tornem-se mais complexas e sofisticadas, as empresas podem tomar decisões cabíveis utilizando-se dessas informações.

A estrutura de um plano de contas deve considerar múltiplos aspectos de informação, sendo assim, o plano de contas não pode ser encarado somente sob a visão contábil, como quase sempre costuma acontecer. Na verdade, o plano de contas, deve ser visto como um instrumento de captação de informações, deve ser muito mais abrangente, possibilitando a extração dos diversos tipos de relatórios que sejam necessários, sem que existam problemas de disponibilidade de informações.

## **2. PROJETO INTEGRADO**

### **2.1 CONTABILIDADE AVANÇADA**

De acordo com ALMEIDA (1997), método de equivalência patrimonial foi instituído pela Lei 6.404/1976 (art. 248) e posteriormente regulado pelo decreto-lei n. 1.598/1977 (arts. 20 a 26). O Banco Central do Brasil, por meio das Resoluções 476 e 484, baixou normas aplicáveis às Instituições Financeiras.

Alguns conceitos básicos gerais são necessários para compreendermos as definições extraídas do Pronunciamento CPC - Investimento em Coligada e Controlada. Como conceito básico, podemos entender que participações societárias são aplicações de recursos quando uma determinada empresa injeta valor monetário em outra empresa, mediante aquisições de ações ou cotas com os seguintes objetivos:

- Garantir uma atividade complementar, aumentando assim o seu leque e buscando, automaticamente, alavancagem de lucros.
- Garantir fornecimento de matéria-prima, tecnologia e serviços, principalmente quando a empresa investidora investe valores monetários em uma empresa de seu segmento ou setor, garantindo, assim, o fornecimento de materiais e praticando a venda casada.
- Aumentar a participação no mercado. Para isso, abrem-se o leque e a diversificação de produtos vendidos, o que permite atender a um mercado maior e alavanca as vendas.
- Manter os clientes estratégicos, pois, com a gama de maiores quantidades de produtos, é possível, com certeza, montar estratégias com esses clientes.

As principais demonstrações contábeis de uma empresa são compostas por:

- Demonstrativo de Resultados do Exercício (DRE): relatório que surge do regime de competência, ou seja, o registro do evento se dá na data em que aconteceu.
- Demonstrativo de Fluxo de Caixa (DFC): relatório no qual o financeiro registra as entradas e saídas de caixa quando elas realmente aconteceram (contabilizando as Receitas, Custos, Despesas e Investimentos dentro do mês onde foram pagos ou recebidos).
- Balanço Patrimonial (BP): um dos mais importantes demonstrativos em uma empresa tem a finalidade de representar a evolução do patrimônio total da organização em um determinado período de tempo. O BP é essencial para manter um controle de custos e também para acompanhamento do patrimônio da empresa.

## **2.2 ANÁLISE DE NORMAS E PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS**

A contabilidade tem como objetivo registrar, controlar e demonstrar os fatos que afetam o patrimônio, e fornecer informações sobre sua composição e variações, bem como sobre o resultado econômico decorrente da gestão da riqueza patrimonial.

Os itens que são registrados na contabilidade dividem-se em dois grupos, a do lado esquerdo é denominado Ativo, a do lado direito Passivo que também inclui o Patrimônio Líquido

Segundo Reis (2006, p. 8), no Balanço Patrimonial “são discriminadas as aplicações efetuadas em “bens” e “direitos” (no Ativo) e as origens dos recursos que possibilitaram a aplicação nos bens e direitos do Ativo (no Passivo)”.

O Ativo “são todos os bens e direitos de propriedade da empresa, mensuráveis monetariamente, que representam benefícios presentes ou benefícios futuros para a empresa (MARION, 2009, p. 45).

O ativo divide-se em dois grandes subgrupos, o ativo circulante e o ativo não circulante. O ativo circulante são todos os valores disponíveis que podem ser convertidos em moeda dentro do prazo de um ano a partir da data do levantamento do balanço. Classificam-se nesse grupo as contas disponíveis e realizáveis a curto prazo. O ativo não circulante são todos os bens de permanência duradoura, com um baixo grau de liquidez. É composto pelo ativo realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível.

A mensuração e reconhecimento do ativo são formas de imputar valor e registrar na contabilidade os fatos que ocorrem em uma empresa,

O reconhecimento de um item é a incorporação dele ao patrimônio da empresa. Para isso, são necessárias a compreensão do evento econômico e o domínio da sua natureza.

Mensuração é o processo que consiste em determinar os montantes monetários dos elementos. Esse processo envolve a seleção de uma base de específica de mensuração, que se dividem em duas classificações, sendo elas em valores de entrada e valores de saída.

Os valores de entrada correspondem aos valores adquiridos no mercado de uma organização. Ao registrar um Ativo pelo seu valor de entrada, o reconhecimento do lucro se ocorrerá somente no ato da venda, através da confrontação da receita com a despesa correspondente. Registros com base em valores de entrada, economicamente, não representam a mensuração real do patrimônio, pois não consideram o caráter dinâmico da economia com suas eventuais alterações de preço.

Os valores de saída, o conceito é a de que o preço de troca é o valor pelo qual os ativos podem ser vendidos ou trocados, quando deixarem a empresa, acreditando-se que a empresa opera em um mercado organizado e o preço de mercado pode ser considerado uma estimativa bem próxima do preço real de venda em um curto prazo.

Em relação aos critérios de avaliação dos passivos, estes estão dispostos no artigo 184 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme segue:

Art. 184. No balanço, os elementos do passivo serão avaliados de acordo com os seguintes critérios:

I - as obrigações, encargos e riscos, conhecidos ou calculáveis, inclusive Imposto sobre a Renda a pagar com base no resultado do exercício, serão computados pelo valor atualizado até a data do balanço;

II - as obrigações em moeda estrangeira, com cláusula de paridade cambial, serão convertidas em moeda nacional à taxa de câmbio em vigor na data do balanço;

III - as obrigações, os encargos e os riscos classificados no passivo não circulante serão ajustados ao seu valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante. (Redação dada pela Lei nº 11.941, de 2009)

Com relação ao critério de mensuração das exigibilidades monetárias, o valor do balanço deve ser estabelecido mediante o valor presente dos totais que precisam ser quitados futuramente. Somente serão ajustados se existirem efeitos expressivos.

## 2.3 TEORIA DA CONTABILIDADE

Considerada uma das ciências mais antigas do mundo, a Contabilidade evoluiu constantemente ao longo dos anos, transformando-se e aperfeiçoando-se, entretanto, há alguns princípios, postulados e convenções da contabilidade que são considerados sua base e que pouco mudaram ao longo dos últimos anos. Tais princípios e convenções são fundamentais para todos os profissionais que atuam em uma organização, independentemente do porte dessas organizações, e são utilizados principalmente para orientar a atuação desses profissionais no dia a dia da entidade.

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) dispõe na Resolução nº. 1.282, de 02 de junho de 2010, os Princípios de Contabilidade. De acordo com CFC (2008, p.11), no artigo 2º de tal resolução, estes princípios representam “a essência das doutrinas e teorias relativas à Ciência da Contabilidade, consoante o entendimento predominante nos universos científico e profissional de nosso País”.

Reis (2006) menciona que os princípios fundamentais de contabilidade têm o intuito de tornar padrão às análises contábeis e os procedimentos e são normas definidas pelo CFC.

Para Marion (1997, p. 37 grifo do autor apud OLAK; NASCIMENTO, 2008, p. 56), os princípios contábeis se originaram com a “necessidade de se apresentar uma *linguagem comum* para se preparar e interpretar apropriadamente os relatórios contábeis”. Com isso, podem-se adotar os Princípios Fundamentais da Contabilidade para todas as entidades, inclusive as sem fins lucrativos. (OLAK; NASCIMENTO, 2008).

Os Princípios de Contabilidade dispostos na Resolução nº. 1.282, de 02 de junho de 2010, são os seguintes:

- I) o da ENTIDADE;
- II) o da CONTINUIDADE;
- III) o da OPORTUNIDADE;
- IV) o do REGISTRO PELO VALOR ORIGINAL;
- VI) o da COMPETÊNCIA; e
- VII) o da PRUDÊNCIA.

A Contabilidade possui também as Convenções Contábeis, que foram criadas com base na grande margem de liberdade que os Princípios Contábeis permitem ao contador no registro das operações, ou seja, as convenções têm por objetivo restringir e delimitar às atribuições e direções dos profissionais da contabilidade. Elas representam o complemento dos Princípios e Postulados, no sentido de delimitar conceitos, atribuições e direções a serem seguidas no registro das operações facilitando o trabalho do contador.

Portanto, as convenções existem para ajudar os profissionais de contabilidade a definir melhor a sua atuação. Ao se afirmar que as convenções são restritivas, não significa que irão minimizar a prática dos profissionais, mas visam auxiliar os profissionais a definir sua atuação e prevenir erros causados ppela inobservância de tais convenções.

## 2.4 PRÁTICAS DE SISTEMAS CONTÁBEIS

A contabilidade é o instrumento que dá suporte à administração no processo no registro dos fatos administrativos, os quais irão fornecer aos diversos usuários informações sobre o patrimônio de uma determinada entidade.

O Código Civil Brasileiro, aprovado pela Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, dispõe em seu artigo 179 a obrigatoriedade de escriturar fatos administrativos:

Art. 179. O empresário e a sociedade empresária são obrigados a seguir um sistema de contabilidade, mecanizado ou não, com base na escrituração uniforme de seus livros, em correspondência com a documentação respectiva, e a levantar anualmente o balanço patrimonial e o de resultado econômico.

Qualquer movimento que afete o patrimônio da empresa não pode deixar de ser registrado, e todos os atos e fatos administrativos devem ser escriturados para evitar a omissão de informações e, assim evitar penalidades fiscais, administrativas, e criminais previstas na legislação.

Para escriturar os fatos administrativos é necessário antes organizar e categorizar as informações econômico-financeiras da organização, estabelecendo padrões para o registro das operações da empresa. O Plano de Contas é a ferramenta que norteará os trabalhos contábeis de registro das operações.

Plano de Contas é o elenco de contas, pré-determinadas, o qual serve para efetuar o registro dos fatos e atos contábeis de cada empresa, servindo também como base para a elaboração das demonstrações contábeis.

A estrutura do Plano de Contas, em regra geral, é feita para cada empresa pelo responsável, para atendimento a necessidade dos usuários das informações contábeis da empresa. Porém o plano de contas tem que obedecer a três regras para que tenha na sua essência os princípios contábeis, que são:

Manual de contas: Fornece informações detalhadas de cada conta contábil, orientando para que contadores possam registrar uniformemente os atos e fatos administrativos.

Modelos padronizados de Demonstrações Contábeis: O objetivo da contabilidade é registrar e controlar toda movimentação financeira, patrimonial e econômica de uma entidade, e os registros devem expressar de forma objetiva e clara a situação patrimonial da empresa e suas devidas ocorrências em um determinado período

Elenco de contas: Consiste no grupo de contas que serão utilizadas para os registros dos atos e fatos administrativos, que influenciarão no gerenciamento do patrimônio da empresa. O elenco de contas envolve a intitulação e o código de cada conta.

O artigo 178 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, dispõe sobre o Grupo de Contas:

Art. 178. No balanço, as contas serão classificadas segundo os elementos do patrimônio que registrem, e agrupadas de modo a facilitar o conhecimento e a análise da situação financeira da companhia.

§ 1º No ativo, as contas serão dispostas em ordem decrescente de grau de liquidez dos elementos nelas registrados, nos seguintes grupos:

I – ativo circulante; e (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009)

II – ativo não circulante, composto por ativo realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível. (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009)

§ 2º No passivo, as contas serão classificadas nos seguintes grupos:

I – passivo circulante; (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009)

II – passivo não circulante; e (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009)

III – patrimônio líquido, dividido em capital social, reservas de capital, ajustes de avaliação patrimonial, reservas de lucros, ações em tesouraria e prejuízos acumulados. (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009)

§ 3º Os saldos devedores e credores que a companhia não tiver direito de compensar serão classificados separadamente.

O ativo circulante são todos os valores disponíveis que podem ser convertidos em moeda dentro do prazo de um ano a partir da data do levantamento do balanço. Classificam-se nesse grupo as contas disponíveis e realizáveis à curto prazo.

O ativo não circulante são todos os bens de permanência duradoura, com um baixo grau de liquidez. É composto pelo ativo realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível.

O Passivo representa a origem dos recursos, representado pelas obrigações, no qual o ativo será aplicado para sua liquidação. É dividido em passivo circulante e passivo não circulante, conforme é descrito no § 2º, do artigo 178 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

O passivo circulante compreende todas as obrigações com vencimento à curto prazo, inferiores há doze meses, como duplicatas a pagar, impostos a pagar, salários a pagar.

O passivo não circulante são as obrigações vencíveis em prazo superior a doze meses, conforme afirma Reis (2006).

O Patrimônio Líquido representa os recursos próprios da empresa, aplicados pelos sócios, para sua constituição. Representa a diferença entre o ativo (bens e direitos) e o passivo (obrigações), conforme aponta Marion (2009, p. 52);

Por oportuno, cumpre salientar que o Ativo será sempre igual ao Passivo mais o Patrimônio Líquido, ou seja, Aplicações = Origens.

Como sugestão, apresentamos a seguir um Plano de Contas para uso em empresa comercial, de tal modo que seja possível realizar a contabilização de todos os lançamentos contábeis necessários.

Código	Descrição das Contas
1	ATIVO
1.1	ATIVO CIRCULANTE
1.1.1	Caixa e Equivalentes de Caixa
1.1.1.01	Caixa

- 1.1.1.02 Bancos Conta Movimento
- 1.1.2 Contas a Receber
  - 1.1.2.01 Clientes
  - 1.1.2.02 (-) Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa
- 1.1.3 Estoque
  - 1.1.3.01 Mercadorias
  - 1.1.3.02 Produtos Acabados
  - 1.1.3.03 Insumos
- 1.1.4 Outros Créditos
  - 1.1.4.01 Títulos a Receber
  - 1.1.4.02 Impostos a Recuperar
  - 1.1.4.03 Outros Valores a Receber
- 1.3 ATIVO NÃO CIRCULANTE
  - 1.3.1 Realizável a Longo Prazo
    - 1.3.1.01 Contas a Receber
    - 1.3.1.02 (-) Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa
  - 1.3.2 Investimentos
    - 1.3.2.01 Participações Societárias
    - 1.3.2.02 Outros Investimentos
  - 1.3.3 Imobilizado
    - 1.3.3.01 Terrenos
    - 1.3.3.02 Edificações
    - 1.3.3.03 Máquinas e Equipamentos
    - 1.3.3.04 Veículos

- 1.3.3.05 Móveis e Utensílios
- 1.3.3.06 (-) Depreciação Acumulada
- 1.3.4 Intangível
  - 1.3.4.01 Softwares
  - 1.3.4.02 (-) Amortização Acumulada
- 2 PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO
  - 2.1 PASSIVO CIRCULANTE
    - 2.1.1 Fornecedores Nacionais
      - 2.1.1.01 Fornecedor
    - 2.1.2 Empréstimos e Financiamentos
      - 2.1.2.01 Empréstimos Bancários
      - 2.1.2.02 Financiamentos
    - 2.1.3 Obrigações Fiscais
      - 2.1.3.01 SIMPLES NACIONAL
      - 2.1.3.02 ICMS a Recolher
      - 2.1.3.03 ISSQN a Recolher
    - 2.1.4 Obrigações Trabalhistas e Sociais
      - 2.1.4.01 Salários a Pagar
      - 2.1.4.02 FGTS a Recolher
      - 2.1.4.03 INSS dos Segurados a Recolher
    - 2.1.5 Contas a Pagar
      - 2.1.5.01 Telefone a Pagar
      - 2.1.5.02 Energia a Pagar
      - 2.1.5.03 Aluguel a Pagar
    - 2.1.6 Provisões

- 2.1.6.01 Provisão de Férias
- 2.1.6.02 Provisão de 13º Salário
- 2.1.6.03 Provisão de Encargos Sociais sobre Férias e 13º Salário
- 2.2 PASSIVO NÃO CIRCULANTE
  - 2.2.1 Financiamentos
    - 2.2.1.01 Financiamentos Banco A
  - 2.2.2 Outras Contas a Pagar
    - 2.2.2.01 Empréstimos de Sócios
- 2.3 PATRIMÔNIO LÍQUIDO
  - 2.3.1 Capital Social
    - 2.3.1.01 Capital Subscrito
    - 2.3.1.02 (-) Capital a Integralizar
  - 2.3.2 Reservas
    - 2.3.2.01 Reservas de Capital
    - 2.3.2.02 Reservas de Lucros
  - 2.3.3 Lucros/Prejuízos Acumulados
    - 2.3.3.01 Lucros Acumulados
    - 2.3.3.02 (-) Prejuízos Acumulados
- 3 RECEITAS, CUSTOS E DESPEAS (CONTAS DE RESULTADO)
  - 3.1 RECEITAS
    - 3.1.1 Receitas de Venda
      - 3.1.1.01 Venda de Produtos
      - 3.1.1.02 Venda de Mercadorias
      - 3.1.1.03 Venda de Serviços

- 3.1.1.04 (-) Deduções de Tributos, Abatimentos e Devoluções
- 3.1.2 Receitas Financeiras
  - 3.1.2.01 Receitas de Aplicações Financeiras
  - 3.1.2.02 Juros Ativos
- 3.1.3 Outras Receitas Operacionais
  - 3.1.3.01 Receitas de Venda de Imobilizado
  - 3.1.3.02 Receitas de Venda de Investimentos
  - 3.1.3.03 Outras Receitas
- 3.2 CUSTOS E DESPESAS
  - 3.2.1 Custos dos Produtos, Mercadorias e Serviços Vendidos
    - 3.2.1.01 Custos dos Insumos
    - 3.2.1.02 Custos da Mão de Obra
    - 3.2.1.03 Outros Custos
  - 3.2.2 Despesas Operacionais
    - 3.2.2.01 Despesas Administrativas
    - 3.2.2.02 Despesas com Vendas
    - 3.2.2.03 Outras Despesas Gerais
  - 3.2.3 Despesas Financeiras
    - 3.2.3.01 Juros Passivos
    - 3.2.3.02 Outras Despesas Financeiras
  - 3.2.4 Outras Despesas Operacionais
    - 3.2.4.01 Despesas com Baixa de Imobilizado
    - 3.2.4.02 Despesas com Baixa de Investimentos
    - 3.2.4.03 Outras Despesas

## 2.5 CONTABILIDADE COMERCIAL

O IPI e o ICMS incidente sobre vendas deve ser deduzido da receita bruta, para a determinação da receita líquida de faturamento.

O valor dos impostos, contribuições que podem ser recuperáveis, não se inclui no custo das mercadorias. Desta forma, o ICMS destacado na aquisição de mercadoria para revenda deve ser excluído do custo de aquisição da mercadoria, sendo assim, contabilizando-se o valor correspondente em conta própria do ativo circulante.

Esse procedimento faz com que a mercadoria adquirida ingresse no estoque da empresa pelo seu valor líquido, ou seja, sem o ICMS incluso no valor da nota fiscal.

O mesmo se pode afirmar sobre a contabilização do PIS e COFINS, quando recuperáveis.

No caso do IPI, se a empresa não tiver direito a crédito desse imposto, o valor correspondente integrará o custo de aquisição das mercadorias. Se o IPI, quando destacado na nota fiscal é cobrado do cliente, é contabilizado diretamente em IPI a Recolher, no passivo circulante.

Exemplo dos lançamentos do Livro Diário:

Livro Diário

Lançamentos

D- B/C/M	600.000
C- Capital Social	600.000
D- Máquinas	50.000
C- B/C/M	50.000
D- Duplicatas a pagar	6.000

C- B/C/M	6.000
D- Imóveis	150.000
C- B/C/M	150.000

### 3. CONCLUSÃO

Este trabalho buscou apresentar um panorama do conteúdo ministrado pelas matérias de Contabilidade Avançada, Análise de Normas e Pronunciamentos Contábeis, Teoria da Contabilidade, Práticas de Sistemas Contábeis e Contabilidade Comercial.

O desenvolvimento deste trabalho permitiu que o fundamento fosse confrontado com a prática, propiciando uma melhor compreensão sobre os conteúdos apresentados. Para tal, foram destacados cinco tópicos específicos: a) Avaliação dos investimentos mediante o Método de Equivalência Patrimonial (MEP) e o processo de Consolidação das Demonstrações Contábeis; b) Critérios de avaliação dos ativos e dos passivos; c) Os princípios e convenções contábeis; d) Escrituração dos fatos administrativos e; e) Como se deve contabilizar as operações de compra e venda de mercadorias e as respectivas contabilizações de ICMS e IPI.

Neste trabalho foi possível verificar a importância da contabilidade em geral. As informações contábeis deverão proporcionar ao usuário melhor compreensão dos fatos ocorridos na empresa em determinado momento. Portanto, conclui-se que a Contabilidade deixe de ser apenas um conjunto de elementos exigidos por Lei, e tornem-se ferramenta importante para as empresas.

Espera-se que o objetivo tenha sido alcançado e que o desenvolvimento deste trabalho sirva como guia a qualquer usuário contábil, mas principalmente aos pequenos empresários, para que eles possam compreender melhor como a Contabilidade é importante para a boa administração do seu negócio, a qual oferece suporte não apenas como auxílio nos processos decisórios, mas sim como forma indispensável para a gestão empresarial.

Nesse sentido, recomenda-se que estudos futuros sejam desenvolvidos em outras empresas, observando os índices aplicados nesse trabalho, bem como a utilização de

novos indicadores com intuito de compreender e entender a importância da Contabilidade para o sucesso da gestão empresarial.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Contabilidade Avançada**. São Paulo: Atlas, 1997.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). *Princípios Fundamentais e Normas Brasileiras de Contabilidade*. 3. ed. Brasília: CFC, 2008.

EQUIVALÊNCIA Patrimonial. Vídeo. Duração: 03:31. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=OnS0rLWTEXY>>. Acesso em: 14 mai. 2021

Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 17 dez. 1976, Seção 1, p. 1 (suplemento).

MARION, J.C. **Contabilidade Básica**. Ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MARION, J. C. **Contabilidade Empresarial**. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

OLAK, Paulo Arnaldo; NASCIMENTO, Diogo Toledo do. *Contabilidade para entidades sem fins lucrativos (terceiro setor)*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

PEREZ, José Hernandez Jr., OLIVEIRA, Luís Martins de. **Contabilidade Avançada 8**. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

REIS, A. C. de R. **Demonstrações Contábeis: Estrutura e Análise**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.